CONCEITO DE REGIÃO

José Batista Neto (1)

R E S U M O

São variados os conceitos que a Ciência Geográfica tem dado ao termo região. Os primeiros baseavam-se em critérios histórico-políticos, usados até meados do séc. XVIII. A partir desse século, a Geografia vai saindo de uma fase excessivamente simplista, para buscar formulações complexas e contraditórias. Evidenciam-se as contribuições de Ricchieri, Brunhes, Vallaux, Cholley, Perroux e Kayser. Essas contribuições emergem tanto contraditando formulações anteriores e contemporâneas quanto construindo elementos para conceituação de região.

Ultimamente, novos enfoques vêm surgindo, salientando-se o de Francisco de Oliveira. Região, para Oliveira, define-se pela especificidade na reprodução de capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classe peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e de conflito social em escala mais geral.

1) Professor Assistente de Prática de Ensino de Geografia e História, do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, do Centro de Educação da UFPE.

1) HISTÓRICO

Até meados do século XVIII, os estudos regionais não haviam conseguido libertar-se dos critérios histórico-políticos, que tomavam como unidades do espaço as divisões político-administrativas. Isto, sem falar no fato de que o método científico, ainda em construção histórica, não afirmava a necessidade de trabalhos empíricos, visto que a lógica do pensamento prevaemente era de extração aristotélica. Os avanços em ciências, tais como a Biologia, a Física, a Astronomia, a Química, entre outras (verificados a partir da chamada "Revolução Científica" dos séculos XV e XVI e só consolidados no século XVIII), ao lado dos efeitos da expansão marítima e comercial europeia (que colocou diante dos estudiosos da época porções de espaço não conhecidas e por conhecer), vieram determinar mudanças, tanto nas Ciências Naturais quanto nas Ciências Humanas, especialmente na Geografia.

Antes de a "Revolução Científica" produzir suas transformações, a Geografia vivia uma fase fundamentalmente descritiva. Isso porque o método científico vivia o instante em que se privilegiava a definição, a distinção e a classificação de coisas, em vez de se analisar e tentar estudar suas mudanças. Assim é que a ciência, por muito tempo, não foi capaz de analisar o movimento e a mudança. Só com Descartes e Galileu é que se deram os primeiros estudos científicos do movimento. A Física, pioneira nesse aspecto, desenvolveu pesquisas sobre a mudança de lugar, a mais simples e acessível forma de movimento (G. Politzer, 1980, p. 28). A Geografia, particularmente, ainda cuidava de definir porções conhecidas do espaço, distinguí-las e catalogá-las. Encrystados no descritismo, os geógrafos estudavam o espaço, dividindo-o em porções delimitadas por fronteiras político-administrativas. Seguia em paralelo o tempo histórico da formação dos Estados Nacionais europeus. As divisões do espaço em porções, pelo que se depreende, eram

feitas com uso do critério político-administrativo. Isto é, cada porção de espaço era uma nação.

Os efeitos da “Revolução Científica” só vieram a se instalar nos arraiais geográficos a partir do século XVIII, quando novos critérios foram erigidos para a divisão do espaço. Nesse século, é publicado, pelo abade Gueltard, um mapa da bacia geológica anglo-francesa. O mapa representa um marco nas divisões do espaço geográfico porque salientava uma compartimentação do espaço baseada na influência de fatores naturais — as formações geográficas. Dizia, ainda, o adade, que a divisão só estaria completa com estudos sobre a distribuição da fauna e da flora (M. C. de Andrade, 1977, p. 34). Sem romper definitivamente com o critério histórico-político, a divisão regional marcava assim a influência das Ciências Naturais no campo do estudo geográfico, contrabalanceando a influência, até então quase exclusiva, da Política e da História. Dentro dessa mesma perspectiva, surgia a experiência francesa de dividir o espaço nacional a partir das bacias fluviais. Essa experiência rapidamente se difundiu, sendo amplamente adotada nos meios científicos até meados do século XIX. No Brasil, essa influência avançou pelo século XX e se encontra traduzida no interesse que se criou pelo desenvolvimento regional, a partir de bacias fluviais, cuja expressão mais marcante é a criação da Companhia do Vale do São Francisco em 1948.

Com toda evidência, esses critérios pecavam pelo simplismo. Por conta disso, reações foram surgindo ao longo do século XX e somente arrefeceram quando o geógrafo Ricchieri, já nos primórdios deste século, propôs o conceito de região natural. Na ótica de Ricchieri, não existia ainda a preocupação de fazer da Geografia uma ciência de síntese. Tributários da perspectiva ricchieriana, Jean Brunhes e Camilo Valloux opunham ao conceito de região natural o de região histórica, ou seja, contrapunham o conceito de região, como domínio dos fatos humanos, ao de região enquanto estrutura geológica, relevo, hidrografia, clima, vegetação, etc.

Pela concepção ricchieriana, existiam três tipos de região. A saber: a elementar (baseada em um só fenômeno físico), a geográfica complexa (compreendendo áreas sobre as quais se superpunham várias regiões elementares) e a integral (composta de um conjunto de regiões complexas). O conceito de região natural, por essa concepção, significava uma

subdivisão do espaço na qual se sobressaíam as influências fisiográficas dentro de um jogo de forças naturais, de forma que os fatores humanos eram quase desprezíveis. Entronizado, tal conceito passou a orientar as diversas divisões regionais, inclusive aquela oficialmente aplicada ao Brasil, em 1941, por Fábio de Macedo Soares Guimarães (1). A esse respeito, diz M. C. de Andrade: "...partiu o geógrafo do IBGE da caracterização das regiões elementares, levando em consideração os aspectos geológicos do relevo, do clima e da vegetação. Admitia ainda que esses agentes se interinfluenciavam, mas que, no jogo de influências, às vezes uns dominavam os outros" (1977, p. 37).

Embora "região natural", como formulação teórica, tenha surgido para conciliar opiniões divergentes entre geógrafos em torno dos tipos de região, até os anos 60 perdurou uma verdadeira confusão no que concernia ao conceito propriamente dito. O desencontro se verificava porque ora "região" referia-se aos aspectos físicos, ora aos aspectos humanos. Foi então que, naquela década, o prof. A. Cholley construiu o conceito de região geográfica, a partir de dois critérios básicos: organização do espaço feito pelo homem e dinamicidade da organização, quer quanto à escala, quer quanto às características. Predominava, assim, a visão antropocêntrica sobre a visão fisiográfica na formulação do conceito. Justificava Cholley que o homem era o regente do princípio implicador da região, que é a sua organização. Afirmava também aquele professor que a idéia de região implica um princípio de organização. Deve-se, em consequência, reservar essa expressão exclusivamente às organizações realizadas pelo homem na superfície do planeta. Surgia, então, um problema de ordem metodológica: o de integrar os aspectos humanos aos físicos, numa porção de espaço, quando, até Cholley, antagonizavam-se. Para superar tal questão, o eminente geógrafo propôs o termo "domínio", fechando, assim, a sua contribuição à formulação do conceito. As idéias da organização do espaço regional pelo homem dentro de certas condições físicas, da sujeição dos aspectos físicos aos humanos e da redução desses aspectos — físicos e humanos — à condição de domínio afastaram, definitivamente, naturalistas e historiadores da condição de do-

1) Apesar das críticas, não há como negar, no trabalho de Fábio de Macedo, as influências diretas de Ricchieri e de um fiel defensor do conceito de região natural, que foi Delgado de Carvalho.

minantes na conceituação de região. Erigia-se a noção de “região geográfica” e, dentro dessa perspectiva, emergia, ao mesmo tempo, a visão da Geografia como uma ciência de síntese.

Paralelamente aos estudos do prof. Cholley, os do francês François Perroux redimensionavam o conceito de região, introduzindo uma nova categoria analítica, a de espaço econômico. A região para Perroux era preferencialmente econômica, daí os seus três tipos região plano, região homogênea e região polarizada. Segundo Perroux, a região plano era aquela porção delimitada do espaço que foi colocada intencionalmente sob a intervenção de autoridades oficiais ou está submetida à implantação de projetos de desenvolvimento. A região homogênea é aquela cujas características internas são uniformes. Esse tipo de região é muito comum em países de desenvolvimento capitalista pleno. Nesses países, a tendência predominante é a de acabar com as diferenças inter-regionais, fazendo de cada país uma só “região”, à custa da homogeneização dos padrões da produção, do nível de conflito social e dos padrões culturais. Nas circunstâncias atuais, em que o Capitalismo vive a fase imperialista, a tendência homogeneizadora corresponde à face externa do sistema que quer reduzir as relações entre “regiões” aos padrões do modo capitalista de produção. Contraopondo-se a essa tendência homogeneizadora das “regiões” do sistema, ergue-se a resultante do conflito entre forças sociais internas às “regiões”. Essa resultante, compondo a face interna do processo do sistema, opõe a homogeneidade, obtida com a regionalização da sua organização, à heterogeneidade (F. de Oliveira, 1977, p. 27.28).

Finalmente, a “região polarizada”, que pode ser entendida como a resultante da interdependência instalada entre porções homogêneas de um mesmo espaço. Nessa condição, uma das porções detém a posição hegemônica em relação às demais. O estudo da integração entre regiões interdependentes coloca em questão a relação dominação/subordinação que vincula a articulação inter-regional. Este estudo é importante para se identificar a região polar (ou polarizadora) e as regiões polarizadas. Os geógrafos, como os economistas, sociólogos e historiadores concluíram que a região dominante ou polar ou polarizadora no sistema capitalista encontra-se sempre nas cidades. Isso ocorre porque a introdução dos padrões capitalistas de produção e seu desenvolvimento encaminham a sociedade para uma organização hegemonicamente urbano-industrial. Daí formar-se a polarização em torno das cidades.

Ultimamente, outras contribuições surgiram em torno da questão “como conceituar região”. Uma das que se destacaram foi a do geógrafo francês Bernard Kayser, que, influenciado pelas teses de Cholley e pelos modernos estudos de economia espacial, propôs um conceito próprio de região para o mundo desenvolvido, assim como elaborou uma tipologia das formas de utilização do espaço para o mundo subdesenvolvido.

De modo geral, região era, para Keyser, uma porção de espaço cuja organização se dava sob determinadas condições, obedecendo às especificidades dos espaços em que ela se organizava. Logo, mais precisamente, uma porção de espaço só se regionalizava quando se tornava organizada social e economicamente, segundo os padrões do sistema global em que ela se inseria.

A organização espacial em países de desenvolvimento capitalista pleno não seguia a mesma tendência da dos países subdesenvolvidos. Enquanto os primeiros tendem à homogeneização, os últimos tendem à heterogeneização — disparidades de desenvolvimento regional. Foi pensando nessa distinção, que Kayser elaborou uma caracterização própria para o mundo desenvolvido, a partir de três critérios básicos. A saber: solidariedade existeste entre os seus habitantes, organização em torno de um centro (pólo) e participação em conjunto. Já para o mundo subdesenvolvido, ele previu a existência de porções com fluxos indiferenciados. Por isto, chamou-as de espaços indiferenciados. Considerou-as, também, abertas a toda influência do mundo exterior, que as explora. Denominou-as ainda polarizadas em torno de uma cidade, cujo fluxo se dá somente no sentido área satelizada — cidade. Finalmente, considerou-as como área sob o impacto de programas de desenvolvimento de governo, no sentido de torná-las organizadas, dentro do modo capitalista de produzir. Essa última característica indica que as regiões subdesenvolvidas vivem sob a intervenção do Estado, no sentido da transformação da sua organização dos padrões não-capitalistas para os padrões capitalistas. Colocadas tais idéias, verifica-se que a tendência prevalecente é a da transformação das porções desorganizadas em porções organizadas sempre sob o comando de “regiões - pólo” ou “regiões - nós”, subordinadas aos padrões capitalistas de produção. Kayser parece, com sua contribuição, não considerar as sobredeterminações que os refluxos que saem das regiões polarizadas produzem. Seria o processo de formação da região uma via preferencial de mão-única?

Com essa exposição sumária das idéias de B. Kayser, fechamos a primeira parte. Passaremos a apresentar o conceito de região, por nós escolhido, que procura recuperar as últimas contribuições no campo dos estudos regionais.

II) ÚLTIMAS CONTRIBUIÇÕES

Uma produção mais sistematicamente crítica sobre o conceito de região é ainda incipiente e está por ser construída, até porque a Ciência Regional é conquista recente. (M.C. de Andrade, 1977). Mesmo a teorização de matriz marxista, por natureza questionadora das sociedades capitalistas, ainda não se debruçou sobre tal questão e poucos são os escritos sobre o tema. O que tem prevalecido são concepções inteiramente insuficientes quanto à explicação das origens e da natureza dos problemas regionais.

Nossa posição não é radical porque, em discussões, não podemos ser sectários. O máximo que podemos ser é persuasivos. Mas persuasivos naquilo que as Ciências Sociais têm de fundamental, que é produzir instrumentos de análise compatíveis com a natureza do seu objeto de estudo para a melhoria das condições de vida do homem. Por isso, nesta parte final, recuperaremos contribuições ao nível de noções, critérios, tipos, classificações e características tiradas do saber científico acumulado, para formulação do novo conceito. No essencial, queremos romper com a noção tradicional de região, pois entendemos que ela é o suporte teórico/político da manutenção do "status quo" regional/nacional.

O conceito de região só existe para uma formação social dada, de um tempo dado. Isto é, o conceito, saído da análise de uma formação capitalista não se ajusta ao de uma formação socialista. O conceito adequado ao feudalismo não se aplica ao capitalismo, ressaltando-se a possibilidade do emprego de categorias gerais de análise apropriadas à compreensão conceitual de um período ou de um sistema na apreensão/compreensão de outro período ou de outro sistema. Contudo, mesmo considerando quanto uma região, enquanto entidade teórica, venha a sofrer determinações de tempo e espaço, o seu conceito é dinâmico como dinâmica é a sociedade. Nisso, os movimentos da sociedade e da região se assemelham porque esta é organizada por aquela.

Um segundo ponto a ser focado é o que diz que a região é, de modo geral, uma porção do espaço terrestre, lugar do espaço global, no qual interatuam forças naturais, históricas, sociais, econômicas, políticas ideológicas etc. Enquanto mera porção de espaço, em que todas essas forças interagem, o que temos simplesmente são entidades teóricas analíticas, dadas sob denominações específicas de região econômica, região política, região ideológica etc. Porque a região, enquanto totalidade concreta, não pode erigir-se em entidade teórica a partir do que é, da sua essência, mas do que ela operacionaliza. Ainda porque não se pode sustentar um conceito que dê conta de uma totalidade concreta na sua totalidade (Albuquerque, 1981, p. 26). Logo, se não é a totalidade do espaço que se apreende, resta a apreensão da operacionalidade da totalidade concreta que nos é dada pela construção da entidade teórica (região) ou, com mais propriedade, operacionalidade dada pelas entidades teóricas analíticas (região econômica, região política etc), pois um conceito (entidade teórica) não domina jamais o objeto concreto na sua totalidade. A partir destas colocações, já podemos lançar algumas críticas às diversas formas de conceituar região que expusemos na primeira parte.

O que vimos naquela parte quando ao conceito de região foi o predomínio ora de condições do quadro natural (região natural), ora do domínio humano (região histórica), ora das relações econômicas (região econômica), ora da organização espacial resultante da presença humana (região geográfica), ora da divisão espacial por fronteiras políticas (região política). Esse fracionamento, na forma de conceituar a porção regional do espaço, trouxe prejuízos a uma compreensão mais ampla e completa dos problemas regionais. Ele permeou decisões políticas para a não-implantação ou implantação de programas e de projetos, criação ou não-criação de órgãos do poder público operacionalizadores da política regional do Estado. Sem querer reproduzir nenhum desses domínios, nem agrupá-los formando um conceito eclético, iremos expor um conceito privilegiado, que não foi formulado por nós, mas que tem reorientado, ultimamente, os estudos regionais, especificamente os relativos a planejamento.

O conceito privilegiado por nós fundamenta-se na especificidade da reprodução de capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classe peculiar a

elas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social, em escala mais geral, como define Francisco de Oliveira (1977, p. 29) em trabalho tanto recente quanto clássico. Dentro dessa abordagem, existem regiões no espaço nacional, desde que aspectos acima arrolados se organizem. De outra forma, cada porção espacial se regionaliza na medida em que tais aspectos se fusionem de forma específica e diferenciada de outras partes do espaço global. Ocorre que nenhuma porção do espaço é autônoma nem existe isoladamente. O que preside a constituição das regiões, no nosso caso, é o modo de produção capitalista. Por isso, como região é especificidade diferenciada, instalada numa porção do espaço global, nas condições atuais do capitalismo, a tendência geral será a predominância de uma região sobre a outra, que conduzirá à homogeneização das regiões e, no limite, à destruição das regiões, desregionalizando-as. Tal processo é, por definição, desigual e combinado (F. de Oliveira, 1977, p. 27). Isto é, a própria organização do sistema capitalista impõe a exploração de uma porção espacial sobre outra, o que cria, necessariamente, descompassos de desenvolvimento entre elas. É o efeito de heterogeneização que se volta contra a homogeneização em curso e com ele se conflita, gerando a contradição interregional.

O conceito aqui esboçado utiliza, como noções básicas, modo de produção e formação social, embora região não seja nem um nem outro. O que preside a constituição das regiões dentro do espaço global é o modo de produção capitalista. Nesse modo, uma das formas nominais de capital se sobrepõe às demais, subordinando-as. Como o capital é uma relação social e a sua reprodução, um movimento de agentes sociais postos na produção, a forma que o capital e sua reprodução assumem é a expressão da constituição de classes e dos conflitos sociais que eles estabelecem. A questão da forma de capital nominal dominante é de suma importância. É ela quem comanda as ligações entre regiões do sistema, ao mesmo tempo em que define as relações de produção, o nível de forças produtivas e as relações entre ambas. Essa constatação é tão significativa, que um descompasso entre nível de forças produtivas e relações de produção cria na "região" do Capitalismo uma situação desigual e combinada, regionalizadora do espaço.

"Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução de capital e

por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos presupostos da reposição" (Idem, p. 27).

A guisa de conclusão, queremos expor as diversas contribuições para a compreensão da questão regional e do planejamento regional que o enfoque dado à região nos é capaz de oferecer. Ele propicia a investigação do que é uma região num contexto nacional, organizado sob a hegemonia de uma certa forma nominal de capital. Explica por que em países capitalistas de amplo desenvolvimento, as diferenças regionais tendem a desaparecer e como, em países ainda por desenvolver, as regiões são reiteradas. Possibilita, ainda, o exame das diferenças interregionais, dentro de uma mesma nação. Permite o entendimento de como ocorrem as diversas formas de reprodução de capital e suas especificidades, o entendimento da contradição posta pelas formas diferenciadas de reprodução de capital e relações de produção e a elucidação da combinação desigual entre forma de reprodução de capital e relações de produção. Conduz à compreensão da desigualdade da natureza e de ritmos dos conflitos sociais nas diversas regiões que polarizam e expressam contradições da expansão capitalista. Finalmente, essa nova abordagem da conceituação regional fornece importantes elementos para uma teoria do planejamento regional em países como o Brasil, no qual o papel da estrutura de produção é reproduzir-se sob leis imanentes do movimento do capital hierarquicamente subordinada ao capital internacional.

III) CONCLUSÃO

Aqui estão algumas contribuições que, ao longo do tempo, forneceram os fundamentos básicos para a produção do conhecimento geográfico. A despeito da sua importância para estudos sobre o desenvolvimento científico, o mais interessante de tudo é perceber o momento em que esse conhecimento é capturado pelos órgãos do Estado e passa a operacionalizar, na forma de programas de desenvolvimento e planos de ação, os interesses dos que detêm o controle do capital e do Estado. O fato é que muitos dos conceitos acadêmicos aqui expostos subjazem no discurso oficial e vêm servindo de suporte teórico às ações de governo. É o discurso acadêmico capturado pelo Estado. Há, também, os conceitos que ficam fora do discurso ofi-

cial. Por isso, o debate político em torno da questão regional é o próprio conflito entre as forças sociais que detêm o controle do capital e do Estado com a força que é subordinada a esse controle e que é emergente em relação ao poder.

O conceito apresentado na parte II não está entre aqueles capitulados, pois é uma formulação teórica que recupera o processo, tanto ao nível da dominação quanto da subordinação. Ao tentar trabalhar com tal conceito, certamente se quer elucidar questões significativas para a elaboração de uma visão sistematizada e cimentadora da necessária construção de uma hegemonia fincada nas classes populares.

REFERÊNCIAS

1. **Albuquerque, J. A. — Instituição e Poder — S. Paulo: Graal, 1981.**
2. **Andrade, M. C. — A Terra e o Homem do Nordeste — (3.^a ed.). S. Paulo: Brasiliense, 1973.**
3. **Andrade, M. C. — Geografia de Pernambuco — Recife: Sec. de Educação e Cultura de PE., 1974.**
4. **Andrade, M. C. — Espaço, Polarização e Desenvolvimento. — S. Paulo: Grijalbaldo, 1977.**
5. **Cohn, Amélia — Crise Regional e Planejamento — S. Paulo: Perspectiva, 1976.**
6. **Oliveira, F. — Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de classe — R. de Janeiro: Paz e Terra, 1977.**
7. **Politzer, G. — Princípios Fundamentais de Filosofia — Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1980.**
8. **Santos, M. — Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica — S. Paulo; Hucitec, 1978.**
9. **Santos, M. — A responsabilidade social do geógrafo. — Boletim Geográfico Recifense, n.º 1, 1980.**